



## **CONCURSO PÚBLICO**

(âmbito internacional com publicação do anúncio no JOUE)

**CPI\_OB\_1DHBH\_01\_2025**

EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS FRAÇÕES HABITACIONAIS DA  
BRAGAHABIT E.M, POR LOTES

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

---

**JULHO DE 2025**

## SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º

#### Identificação do concurso

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do artigo 19º e 130.º, 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), e adota a seguinte designação **“Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes”**, com referência interna CPi\_OB\_1DHBH\_01\_2025.
2. A presente contratação encontra-se classificada com o código 45211340-4 - Construção de blocos de apartamentos, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### Artigo 2.º

#### Entidade Adjudicante

BRAGAHABIT Empresa Municipal de Habitação de Braga E.M, NIPC: 504537784; adiante designada por **Bragahabit**; sita na Rua D. Paio Mendes N.º 51, 4700-424 Braga, com o número de telefone 253 268 666, com o endereço eletrónico [info@bragahabit.pt](mailto:info@bragahabit.pt).

2

### Artigo 3.º

#### Órgão que tomou a decisão de contratar

A Decisão de Contratar através do Despacho do Sr. Administrador Executivo, datado de 02 de julho de 2025, no uso dos poderes delegados, por deliberação de 20 de dezembro de 2021 do Conselho de Administração da Bragahabit.

### Artigo 4.º

#### Objeto do concurso

1. O concurso tem por objeto a escolha do cocontratante para a execução do contrato de **“Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes”**, nos termos definidos no caderno de encargos integrado pelo projeto de execução.
2. Os lotes objeto do presente concurso são:
  - a. LOTE 1 – Empreitada de reabilitação de 5 Frações dispersas
  - b. LOTE 2 – Empreitada de reabilitação de 6 Frações dispersas

### Artigo 5.º

### **Fundamentação da escolha do procedimento**

1. A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e n.º 2, alínea a) do CCP.
2. O procedimento de concurso público, foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 19.º, alínea a) do CCP.
3. As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP.

### **Artigo 6.º**

#### **Peças do procedimento**

As peças do presente procedimento são as seguintes:

1. Anúncio no Diário da República;
2. Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
3. O Programa de Procedimento e seus anexos;
4. O Caderno de Encargos integrado pelo projeto de execução.

### **Artigo 7.º**

#### **Consulta das peças do concurso**

1. Os anúncios, programa de concurso e o caderno de encargos integrado pelo projeto de execução, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na plataforma eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), utilizada pela entidade adjudicante, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
3. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
4. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
5. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.
6. Os interessados podem solicitar a consulta das peças do procedimento nas instalações sede do Representante do Agrupamento, na morada indicada no artigo 2.º, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9h às 17 h), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma.

## **Artigo 8.º**

### **Concorrentes e agrupamentos**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade de associação jurídica, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

## **Artigo 9.º**

### **Associação em caso de adjudicação**

1. No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesses económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

4

## **Artigo 10.º**

### **Esclarecimentos, erros e omissões sobre as peças patenteadas no concurso**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), à entidade adjudicante, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Até à data-limite referida no número anterior, deve o concorrente apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças concurso detetados.
3. Os esclarecimentos serão prestados pelo júri do procedimento, em quem foram delegadas as competências pelo órgão decisor da entidade adjudicante, nos termos do disposto no artigo 69.º, n.º 2 do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se

rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5. Os esclarecimentos, a pronúncia sobre os erros e as omissões e as retificações às peças serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), pela entidade adjudicante, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

### Artigo 11.º

#### Esclarecimentos officiosos

A entidade adjudicante poderá, officiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e efetuar retificações de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e no prazo previsto no n.º 4 do artigo anterior.

### Artigo 12.º

#### Inspeção dos locais de execução do contrato

1. Durante o prazo fixado para a entrega de propostas, os interessados poderão requerer, visitas ao local de execução da empreitada, e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de executar os trabalhos e, se a entidade adjudicante assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.
2. Os elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, nomeadamente, com as peças do concurso, são-no a título meramente indicativo e auxiliar, não sendo aquela entidade, de forma alguma, responsável pelas informações aí contidas, nomeadamente, as respeitantes às condições locais.

5

### Artigo 13.º

#### Parâmetros base e aspetos vinculativos

1. O preço base do procedimento é de **383.762,47€ (trezentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos)** ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução global dos trabalhos de todos os lotes, considerando os seguintes valores base máximos por lote:
  - a. **LOTE 1 – Empreitada de reabilitação de 5 Frações dispersas: 174.999,75 €** (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros e setenta e cinco cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
  - b. **LOTE 2 – Empreitada de reabilitação de 6 Frações dispersas: 208.762,72 €** (duzentos e oito mil, setecentos e sessenta e dois euros e setenta e dois cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, de acordo com o previsto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente através de estimativa realizada com base em preços atualizados de mercado, obtidos através dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.

## **Artigo 14.º**

### **Assinatura eletrónica dos documentos**

Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

1. Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
6. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

6

## **SEÇÃO II - PROPOSTA**

### **Artigo 15.º**

#### **Documentos que constituem a proposta**

1. O concorrente manifestará na proposta, a vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º do CCP:
  - a. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/response/eo/procedure>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se a o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o

- formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b. **Proposta de preço, de acordo com o modelo constante do Anexo I** ao presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - c. **Declaração de Independência da Proposta elaborada em conformidade com o Anexo II** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - d. **Lista dos preços unitários por lote**, de todas as espécies de trabalhos previstas no mapa de quantidades (em suporte editável – Excel, e em formato não editável, PDF);
  - e. **Preços parciais dos trabalhos por lote** que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo IMPIC – IP, para efeitos de verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º do CCP; e que deverá cumprir com classe que cubra o valor da obra, na 4ª subcategoria da 1ª categoria. As subcategorias necessárias à execução da obra deverão estar adstritas aos valores correspondentes.
  - f. **Memória descritiva e justificativa com o modo de execução dos trabalhos por lote**, de acordo com o mapa de quantidades, bem como da sua relação com as equipas e correspondentes rendimentos, plano de trabalhos e plano de equipamentos;
  - g. **Plano de trabalhos por lote**, nos termos do estabelecido na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos e de acordo com o definido no artigo 361.º do CCP, que permita verificar o seguinte:
    - i. **Programa de trabalhos**, que cumpra com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência e interdependência das atividades, defina o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas, o caminho crítico e a unidade de tempo que serve de base à programação;
    - ii. **Plano de mão-de-obra** a afetar à empreitada, elaborado em sintonia com o plano de trabalhos, plano de equipamentos e memória descritiva, que mencione os efetivos mensais ao longo do prazo de execução da empreitada;
    - iii. **Plano de equipamentos** a afetar à empreitada, elaborado em sintonia com o plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e memória descritiva, que mencione o equipamento principal a utilizar na empreitada e distribuição da utilização dos mesmos;
    - iv. **Plano de pagamentos** em relação direta com os rendimentos e quantidades constantes no plano de trabalhos, elaborado de acordo com o definido no artigo 361.º-A do CCP.

- h. **Cronograma financeiro por lote**, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;
  - i. **Certidão permanente da empresa**, ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
  - j. No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
  - k. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, nomeadamente elementos que indiquem condições especiais da execução da empreitada e obrigações adicionais que o concorrente pretenda assumir de modo a garantir a mais adequada execução e progressão dos trabalho, não devendo, em nenhum caso, esses elementos contrariar o estipulado neste Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos integrado pelo projeto de execução.
- 3. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
  - 4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1. do presente artigo, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
  - 5. Para efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.
  - 6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

## **Artigo 16.º**

### **Prazo para a apresentação de proposta**

- 1. Os documentos que constituem as propostas, deverão ser entregues até às **17:00:00 do 30.º dia consecutivo**, a contar do envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 2. Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.



## **Artigo 17.º**

### **Modo de apresentação das propostas**

1. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.
2. O concorrente podem apresentar proposta para um ou para todos os lotes.
3. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.
4. A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de submissão na plataforma.
5. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do CCP e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta.

## **Artigo 18.º**

### **Idioma dos documentos da proposta**

Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

9

## **Artigo 19.º**

### **Preços da proposta**

1. Os preços da proposta são indicados em algarismos, até duas casas decimais, e por extenso, em euros, e não incluem o IVA;
2. A proposta deve mencionar que, ao preço total, acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. No caso de se verificarem incongruências nos elementos das propostas, aplicam-se as seguintes regras de prevalência:
  - a. O produto das quantidades de trabalhos do projeto, pelos preços unitários da proposta prevalece sobre o preço indicado no documento referido na alínea b), do n.º 1 do artigo 15.º do presente Programa de Procedimento ou sobre qualquer outro preço indicado na proposta;
  - b. Os preços unitários apresentados com mais do que duas casas decimais serão arredondados à centésima superior quando a milésima for superior ou igual a 5;

- c. Os prazos indicados no plano de trabalhos apresentado, prevalecem sobre qualquer outro prazo indicado em qualquer documento da proposta.

### **Artigo 20.º**

#### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

### **Artigo 21.º**

#### **Critério de Adjudicação e de desempate**

1. A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na **modalidade monofator**, considerando designadamente o preço, como único aspeto a considerar.
2. Concluída a análise das propostas a concurso e após a operacionalização do critério de adjudicação, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação.
3. A adjudicação será feita por lotes, de acordo com o critério de adjudicação no n.º 1 do presente artigo.
4. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a diferenciação das propostas efetuar-se-á por sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.
5. A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.
6. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

10

### **Artigo 22.º**

#### **Retirada da Proposta**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando para o efeito comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

### **Artigo 23.º**

#### **Preço ou custo anormalmente baixo**

O presente procedimento não define o desvio percentual, que se poderá considerar como anormalmente baixo, contudo, mesmo na ausência de definição, o preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar

insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

### **SECÇÃO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 24.º**

##### **Análise das propostas**

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 21.º - Critério de adjudicação, do presente documento.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP e que não cumprem o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no programa de procedimento.

#### **Artigo 25.º**

##### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão nos termos do artigo 24.º do presente programa de procedimento.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

11

#### **Artigo 26.º**

##### **Suprimentos da proposta**

1. O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidas nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

#### **Artigo 27.º**

##### **Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas, nos termos do n.º 2 do art.º 146.º e do artigo 70.º do CCP.
3. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, que não cumprem o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
4. O relatório preliminar deve fazer referência aos esclarecimentos e supimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 25.º e 26.º do Programa de procedimento.

### **Artigo 28.º**

#### **Audiência Prévia**

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

### **Artigo 29.º**

#### **Relatório Final**

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do Artigo 146.º do CCP.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

12

## **SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 30.º**

#### **Dever de Adjudicação**

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta ou escolhe uma de entre as apresentadas, para cada um dos lotes a concurso.

### Artigo 31.º

#### Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 33.º do Programa de procedimento;
  - b. Prestar a devida caução, nos termos do estipulado no artigo 35.º do Programa de procedimento;
  - c. Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
  - d. Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades.
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

## SEÇÃO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

### Artigo 32.º

#### Requisitos de Habilitação

São requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), sob pena de caducidade da adjudicação, a inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do CCP.

13

### Artigo 33.º

#### Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados desde a notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do presente programa de procedimento, que corresponde ao **Anexo II do CCP** (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - b) **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva** para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) **Declaração comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) **Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h)**, do n.º 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;

- e) **Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio** (Anexo IV do presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - f) **Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo** e/ou código de acesso online para consulta eletrónica;
  - g) **Documento comprovativo da titularidade de Alvará ou Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas**, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, em conformidade com o estabelecido na Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto.
2. Caso o concorrente não disponha das autorizações exigidas nos termos da alínea g) do n.º 1 do presente artigo, e desde que não seja posto em causa o disposto no n.º 2 do artigo 383.º do CCP, poderá socorrer-se dos alvarás ou certificados de obra públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

### **Artigo 34.º**

#### **Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação**

1. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. O adjudicatário deve assinar eletronicamente os documentos de habilitação solicitados, independentemente do formato do ficheiro, de acordo na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, nos termos definidos no artigo 14.º do presente programa de procedimento.
3. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis.
6. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do artigo 34.º para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

### **Artigo 35.º**

#### **Caução**

1. O adjudicatário deve prestar, **no prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de **5% do preço contratual**, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.
3. A caução deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, conforme modelo em anexo de guia de depósito bancário, designadamente, o Anexo V.
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução conforme modelos em anexo, designadamente o Anexo VI.

## **SECÇÃO VI – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Artigo 36.º**

#### **Redução do contrato a escrito**

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

15

### **Artigo 37.º**

#### **Aprovação e reclamações da minuta de contrato**

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
4. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

### **Artigo 38.º**

#### **Outorga do contrato**

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 (três) dias do prazo para a outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

## **SECÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 39.º**

#### **Prova de declarações**

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

### **Artigo 40.º**

#### **Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

### **Artigo 41.º**

#### **Comunicações**

As comunicações feitas durante a fase de formação do contrato, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública.

### **Artigo 42.º**

#### **Possibilidade de recurso ao ajuste direto**

Nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do CCP, o presente procedimento contempla a possibilidade de recurso ao ajuste direto, quando se trate de novas obras que consistam na repetição de serviços similares que tenham sido objeto deste contrato, desde que, de forma cumulativa:

- 1.1. O contrato seja celebrado com a entidade com a qual foi celebrado o contrato inicial;
- 1.2. Essas obras estejam em conformidade com um projeto de base comum;
- 1.3. O contrato tenha sido celebrado, há menos de três anos;
- 1.4. O anúncio do procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no caso de o somatório do valor estimado do contrato e do preço contratual relativo ao contrato inicial ser igual ou superior ao valor do



montante do limiar europeu previsto para os contratos públicos de prestação de serviços, adjudicados por Entidades Adjudicantes;

1.5. A possibilidade de adoção do ajuste direto tenha sido indicada no anúncio ou no programa de procedimento.

### **Artigo 43.º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho, e demais legislação aplicável.

### **ANEXOS**

Em anexo remete-se:

- o **Anexo I** - Modelo de proposta de preço;
- o **Anexo II** – Declaração de independência da proposta;
- o **Anexo III** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio];
- o **Anexo IV** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- o **Anexo V** – Modelo de guia de depósito bancário
- o **Anexo VI** – Modelo de Garantia Bancária/Seguro de Caução
- o **Caderno de Encargos** integrado pelo projeto de execução, elaborado no âmbito dos artigos 42.º e 43.º do CCP, na sua redação atual;

17

O Administrador Executivo,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Carlos Videira)

## ANEXO I

### Modelo de Proposta de Preço

(designação do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, com a dimensão \_\_\_\_\_ [escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média], obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem o objeto do Concurso Público relativo à “Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes” com referência interna CPI\_OB\_1DHBH\_01\_2025, em conformidade com as peças de procedimento, pelo preço contratual global de \_\_\_\_\_ € (extenso), englobando todas as despesas necessárias à execução integral do contrato, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Ao valor global proposto correspondem os seguintes valores por lotes (*preencher apenas os lotes a que concorre*)

| LOTE | PREÇO PROPOSTO* | PRAZO DE MÁXIMO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS** |
|------|-----------------|---|
| 1    |                 |   |
| 2    |                 |   |

\* À quantia mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal aplicável.

\*\* A contar da data da consignação, ou da data em que o dono de obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior.

18

Mais declara que os preços contratuais acima indicados estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que se renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(s) Responsável(éis) da Empresa (1)

(1) Nos termos do disposto no Artigo 14.º do presente Programa de Procedimento

## ANEXO II

### Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de 1 ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento relativo à “Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes” com referência interna CPI\_OB\_1DHBH\_01\_2025, declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

19

(1) Nos termos do disposto no Artigo 14.º do presente Programa

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

### **ANEXO III**

#### **Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

20

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

#### **ANEXO IV**

##### **Modelo de Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse e Inexistência de Conluio**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato relativo à “Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes” com referência interna CPI\_OB\_1DHBH\_01\_2025, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no Artigo 14.º do presente Programa de Procedimento

## ANEXO V

### Modelo de guia de depósito bancário

Euros.....€

Vai..... (nome do adjudicatário), com sede em ..... (morada), depositar na ..... (sede, filial, agência ou delegação) do Banco ..... a quantia de ..... (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos .....(eliminar o que não interessar), como caução exigida para a “Empreitada de reabilitação das frações habitacionais da Bragahabit E.M., por lotes” com referência interna CPI\_OB\_1DHBH\_01\_2025, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.ª do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da **(Entidade adjudicante)** a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

---

**ANEXO VI**  
**Modelo de Garantia Bancária/Seguro de Caução**

Garantia bancária/seguro de caução n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (*adjudicatário*), vem o(a) \_\_\_\_\_ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do (s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

23

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]